

Carreira de assessor jurídico é debatida no Comitê Gestor do Tribunal de Justiça

Ata de reunião ocorrida em 29 de setembro tratou, entre outros assuntos, do cumprimento da Resolução nº 219/16, do CNJ, que determina a redistribuição de força de trabalho em órgãos de Justiça

A minuta da ata da reunião do dia 29 de setembro do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau foi divulgada pelo desembargador Fernando Prazeres, supervisor do grupo. O documento contém várias observações sobre a carreira de assessor jurídico, tendo em vista a Resolução nº 219/16, do Conselho Nacional de Justiça, que determina a redistribuição da força de trabalho nos tribunais brasileiros. Uma decisão liminar do conselheiro Rogério do Nascimento, relator do pedido de providências nº 0006315-78.2017.2.00.0000 (CNJ), formulado pela Anjud (associação de analistas judiciários), confirmou que a carreira de assessor jurídico tem natureza especial, reconhecida pela Constituição do Paraná (artigo 56 do ADCT), não se sujeitando, por isso, à unificação de cargos prevista na Resolução. Alguns registros importantes, feitos naquela oportunidade, são destacados a seguir.



Resolução nº 219/16 - Consta da ata que o desembargador Fernando Prazeres disse que “nunca teve interesse na extinção de nenhuma carreira de servidores [vinculados ao Tribunal de Justiça], bem como nunca teve conhecimento de que referida extinção tenha sido tema de reuniões de que participou”. Já a Assejus (associação de profissionais de nível superior da Secretaria) defendeu que “a unificação das carreiras tem que se dar apenas no quadro dos servidores da área-fim do Tribunal (judiciário), e não da área-meio (parte administrativa)”. Sugeriu, também, que, “no novo quadro, seja oportunizada aos servidores a relocação entre o primeiro e o segundo graus de jurisdição, [e que] sejam distribuídos os cargos em comissão, sempre com o respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei Orçamentária”.

Reclamação no CNJ - A representação da Anjud (associação de analistas judiciários) esclareceu que “não tem interesse na extinção de nenhuma carreira”, mas somente na “transformação dos cargos nos moldes da Justiça Federal”, completando que cabe à administração decidir “sobre o destino da carreira de assessor jurídico”. No final dos trabalhos, o juiz Osvaldo Canela destacou que “existe fundamento constitucional para as determinações do CNJ (Resolução nº 219/16)”, e que “cabe ao Comitê sugerir o imediato remanejamento dos cargos do segundo para o primeiro grau. Quanto aos assessores jurídicos, afirmou que “a Constituição Estadual garante sua manutenção no quadro de servidores, devendo ser respeitadas suas particularidades, que os diferenciam dos analistas, uma vez que respondem solidariamente por seus pareceres, orientando a alta cúpula do Poder Judiciário”.

Assembleia geral

A direção da Assejur convocou a assembleia geral para o dia 16/10 (segunda-feira). O encontro terá duas etapas. Na primeira, de caráter ordinário, o plenário vai analisar as contas da entidade referentes ao exercício de 2016. Em seguida, em caráter extraordinário, serão abordados os seguintes itens: informes, ratificação das deliberações da assembleia de 21/9, revisão do valor da mensalidade associativa e contratação de parecer jurídico para instruir processos administrativos do interesse da Assejur. A abertura dos trabalhos acontecerá às 19h30 (em segunda convocação), na sede da associação, na rua Roberto Barrozo, 351, perto do Centro Cívico. Os associados poderão utilizar o **estacionamento** localizado na rua Marcos Moro, 200.

Novas carteiras



A Assejur vai iniciar a distribuição de novas carteiras aos seus associados. O documento, que já foi entregue à Secretaria, será utilizado para identificar os beneficiários dos **convênios** oferecidos pela entidade. Uma grande reformulação no setor vai ser anunciada ainda durante o mês de outubro. O cartão de identificação será distribuído nos locais de trabalho onde estão lotados os assessores da ativa. Os aposentados poderão buscá-los na sede da associação (rua Roberto Barrozo, 351), com Yara, ou solicitar o envio pelo Correio. A entrega também será feita antes da assembleia geral convocada para o próximo dia 16, às 19h30.

Revista da Assejur

O primeiro número da *Revista da Assejur* já tem pauta definida. Os artigos inscritos foram analisados previamente pelo Departamento de Comunicação e encaminhados ao Conselho Editorial. A publicação reunirá trabalhos de assessores jurídicos e convidados. Com lançamento previsto para o mês de outubro, a revista terá duas versões: impressa e eletrônica. Na segunda-feira (9/10), o Departamento de Comunicação recebeu uma contribuição da **Universidade de Barcelona**: “El trabajo en el futuro y la digitalización de las relaciones laborales”, escrito por Jordi García Viña, catedrático de Direito do Trabalho e da Seguridade Social.

Quadro de associados

A Assejur recebeu **novas adesões**. Passam a fazer parte do quadro de associados Ana Maria Souza de Moraes, Maria Eugênia Gonzaga Lopes, Carla Meneghetti Gonçalves, Bruno Laskowski Staczuk, Luciane Junia Baltazar e Enio Nakamura Oku. Eles receberam as boas-vindas da direção da entidade e foram convidados a participar da assembleia geral que se realizará no dia 16 de outubro, na sede da entidade, em Curitiba.